



Ata nº 192

—Aos vinte e oito dia do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, sob a presidência do Sr. presidente da mesa da assembleia, Sr. Vitor Manuel Prata de Oliveira, realizou-se, no Auditório da Junta de Freguesia de Lourosa, a assembleia geral ordinária da Junta de Freguesia de Lourosa. Para o efeito foram, prévia e regularmente, convocados os deputados por correio eletrónico, com anexos: a convocatória; uma cópia da ata da assembleia cento e noventa e um; o relatório de atividades; relatórios dos fluxos de caixa de janeiro a agosto (inclusive); relatório de atividades; mapa do quadro de pessoal; regulamento do cemitério; as normas de utilização da capela mortuária da freguesia de Lourosa; o requerimento para inumação, transladação, exumação e utilização da Capela Mortuária; requerimento de Averbamento (Modelo II); as propostas apresentadas pelo Partido Socialista – definição das taxas de licenciamento e registo de cães e felinos e isenção das taxas de licenciamento de algumas classes de cães e felinos e o regulamento para o Orçamento Participativo da Cidade de Lourosa. Na posse destes documentos, este órgão reuniu para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos, consoante a convocatória (anexo I):-----

1. Intervenção do Público;-----
2. Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior;-----
3. Apresentação de Atividade Financeira e do Relatório de Atividade, referente aos meses de junho, julho e agosto de dois mil e quinze;-----
4. Apresentação dos Regulamento do Cemitério da Cidade de Lourosa e Regulamento da Utilização da Capela Mortuária;-----
5. Apresentação e deliberação sobre a proposta para cálculo das taxas dos cães e gatos;-----
6. Apresentação e deliberação sobre a proposta de isenção de taxas de algumas classes de cães e gatos;-----
7. Apresentação e deliberação sobre a proposta de criação de um Orçamento Participativo;-----
8. Outros assuntos de interesse para a freguesia.-----

--- Antes de dar início à reunião, o Sr presidente anunciou as seguintes substituições: por parte do PSD a substituição da Sr^a Mónica Dias Ferreira (anexo II), que alegou não poder estar presente devido a assuntos pessoais, pelo Sr. Hélder José Gomes Ferreira; do CDS/PP Joaquim de Sá Cardoso (anexo III), que apresentou um motivo inesperado e inalienável com a sua atividade industrial, sendo substituído por Joaquim Pinto da Rocha e o Sr. Licínio Oliveira Alves (anexo IV), eleito pelo Partido Socialista, que foi substituído pelo Sr. Emídio Silva Oliveira. Segundo dita o regimento vigente, na ausência da primeira secretária, este lugar passou a ser ocupado pela segunda secretária, Sr^a Maria Teresa da Silva Oliveira. A Sr^a deputada do PSD Márcia Cristina Fontes Pereira Almeida Lamas passou a ocupar o lugar de segunda secretária.—

—O Sr. presidente da mesa iniciou esta assembleia com o seu ponto primeiro, “Intervenção do público”, procedendo-se às inscrições do mesmo. Após registadas todas as inscrições, o Sr. Vitor Neves colocou duas questões à Junta de freguesia, à pessoa do Sr. presidente: em virtude de ter visto funcionários da junta andarem na retaguarda do moinho, num terreno onde em tempos houve um areeiro, presumiu que fosse propriedade da Junta. Como tal, sugeriu que esse espaço fosse aproveitado para fazer um parque, em substituição do que havia onde está implantada a atual zona desportiva. A segunda questão prende-se com o facto de ter sido interpelado relativamente os jazigos/sepulturas. Numa lápide ou cunha, em caso de substituição das letras gravadas (estando danificadas) por letras afixadas em cobre ou outra operação insignificante do género, seria necessária uma licença de quinze euros, não cumprindo essa formalidade, seria penalizado por uma colma de cinquenta euros.-----

---Na posse da palavra, o Sr. Adriano de Almeida, residente na zona da Rua da Tapadinha, que não dispõe de saneamento, questiona quando esta situação será solucionada. Este senhor disponibilizou-se colocar uma máquina desde sua casa até à rua principal, tal como fez com as águas pluviais, mesmo pagando, para ter saneamento. Este caso foi corroborado pelo Sr. presidente da mesa, que reside na mesma rua e, também já fez algumas diligências para que fosse efetuado o saneamento nessa rua. -----

—Ainda neste ponto primeiro, e sem mais intervenções do público, o Sr. presidente da mesa deu a palavra ao Sr. presidente da Junta de Freguesia, Sr. Armando Fontes Teixeira, que começou por agradecer a presença de todos e cumprimentar os deputados. Quanto à questão apresentada pelo Sr. Vitor Neves, respondeu que as pequenas obras dos jazigos e sepulturas são taxadas. As licenças e taxas são sempre aprovadas em dezembro, havendo pequenas alterações e, no ano passado, essas taxas tinham um valor superior. Este ano foi colocada uma nova rubrica para justificar pequenas obras novas. Qualquer intervenção efetuada no cemitério terá de obter uma licença, cumprindo nas normas legais, contudo é necessário destrinçar pequenas obras, tais como mudar uma letra, uma fotografia, desde que não coloque em causa terceiros, a segurança, nem cause nenhum estrago. Sobre a questão do moinho, esta intervenção encontra-se na etapa final. Relativamente ao terreno referido pelo Sr. Vitor Neves, brevemente será assinado um protocolo entre a Junta de Freguesia e os familiares do Sr. Sousa Cardoso cedendo este terreno com cerca de dez mil metros quadrados. Mais informou que está a ser feito um estudo através de uma arquiteta paisagista e também está a ser elaborado um projeto, com o intuito de efetuar uma candidatura para obter um apoio comunitário. Além desse terreno, pretende-se a criação de um trilho pedonal, fazendo um circuito desde a variante de Lourosa, passando pela Rua da Lagoa e subir a Encosta D’Além até ao Parque da Cidade. Em resposta ao Sr. Adriano de Almeida, o Sr. Armando Teixeira anulou com o que foi dito por este cidadão, esclarecendo que esta rua faz parte daquelas que constam no plano de atividades. Recentemente foi informado que, devido à nova alteração da lei das chamadas drenagens de saneamento que passarão a ser gratuitas, acredita que haja uma maior adesão das pessoas em terem o saneamento, levando a que o processo de saneamento destas ruas seja mais célere. Existem poucas ruas nesta situação: Rua da Tapadinha, Rua D’Além, ruas essas situadas nos limites da freguesia. Disponibilizou-se a acompanhar estes senhores à Câmara Municipal, ideia essa acolhida pelos interessados.-----

---Após o término do ponto primeiro da ordem de trabalhos, retomou-se à ordem de trabalhos passando-se ao ponto segundo: “leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior” o Sr. presidente colocou à disposição a dispensa da leitura da ata da última reunião (anexo V). O Sr. Januário Tiago Fontes Sá, como representante da bancada do PSD, referiu que dispensavam a leitura da ata, mas pretendiam que a ata fosse discutida. Como tal, proferiu que, ao analisarem a ata da sessão anterior detetaram que esta, por lapso, não retrata aquilo que aconteceu na última assembleia. Estes membros são da opinião que há pontos que não

estão transcritos em ata, tais como: a substituição dos três deputados da assembleia que estiveram ausentes e suas substituições, alteração de um ponto onde houve a discussão entre o ponto quatro e três, por proposta do presidente houve alteração de discussão. Também opinam que algumas citações não acolheram concordância pelos membros desta bancada, não retratando aquilo que foi dito, tal como aquela em que o Sr. presidente teria dito que numa circunstância que foi mencionada “iria ao local no dia seguinte”, sendo da opinião que não foi isso que foi dito, mas que “no dia seguinte mandava alguém ao local averiguar o que se estava a passar”. Analisaram que há algumas situações que deveriam ser relatadas em ata, propondo ao Sr. presidente que a ata fosse alterada, se fosse possível, para ser aprovada. O Sr. presidente de mesa questionou os membros do CDS/PP e do PS se tinham alguma observação a fazer à ata. Face ao exposto, o Sr. presidente da mesa propôs enviar uma proposta de ata com essas correções para todos os deputados e, na próxima assembleia, ser feita a sua votação.-----

---Dando seguimento à ordem de trabalhos no seu ponto terceiro “Apresentação de Atividade Financeira e do Relatório de Atividade, referente aos meses de junho, julho e agosto de dois mil e quinze (anexo VI)”, o Sr. presidente da mesa deu a palavra ao Sr. presidente da Junta que auscultou os deputados se pretendiam que a leitura fosse dispensada (já que todos os deputados têm estes documentos em sua posse) ou se pretendiam que fosse feita a leitura. Após decidida a dispensa da leitura dos referidos documentos, o Sr. presidente abriu espaço para algum esclarecimento, comentário ou sugestão. O Sr. Virgílio Ribeiro, como representante do PS, apresentou uma dúvida/sugestão referente ao relatório de atividade relativo à segurança e ordem pública, no último ponto, sendo um assunto que tem constado em vários relatórios de atividade já apresentados, verifica que nem todas as tampas existentes na Estrada Nacional número um estão tapadas, sendo este o segundo semestre, se a Junta está a agilizar a conclusão da remarcação. Este deputado questiona se o Sr. presidente do executivo tem conhecimento para quando a conclusão definitiva das remarcações, sugerindo que não facilite, por ter conhecimento que algumas freguesias próximas abandonaram algumas caixas de saneamento sem estarem completamente niveladas. Também questionou este executivo se as marcações das passadeiras continuam a ser as mesmas ou se têm sugestões para fazerem novas passagens para peões. Sobre esta matéria, o Sr. presidente do executivo respondeu que este tipo de melhoramentos estará sempre neste relatório pela sua pertinência. Recentemente houve uma reunião com os representantes das Estradas de Portugal e da Indáqua, porque tem havido algumas intervenções na Estrada Nacional um, quer por parte da Indáqua, quer por parte das Estradas de Portugal, já que é esta a entidade que tem a gestão direta sobre esta e outras estradas. Informou que estão adjudicadas novas remarcações quer das linhas laterais, quer das passadeiras, tendo sido enviado um correlo eletrónico recentemente para relembrar a urgência da remarcação das passadeiras. O Sr. presidente já manifestou o seu desagrado quanto à limpeza dessa via e aguarda a intervenção da Indaqua e da retificação daquilo que falta na referida rua. Reforçou que tem havido por parte deste executivo uma postura de diálogo e persistência.-----

---Finalizada esta intervenção, e no âmbito do ponto quarto da ordem de trabalhos: “Apresentação dos Regulamento do Cemitério da Cidade de Lourosa e Regulamento da Utilização da Capela Mortuária” (anexo VII), o Sr. presidente da Junta prestou a informação que este regulamento quer da parte do Cemitério, quer da utilização da Capela Mortuária, pretende que haja a sua apresentação e discussão, sem votação, por ser vontade desta Junta apresentar em assembleia para que haja o contributo de todos os deputados, e que enviem para a Junta as devidas retificações. Estes mesmos documentos também estarão expostos no site da Junta, tendo este facto sido anunciado na Igreja, para que a comunidade lourosense possa dar o seu parecer quanto a esta temática, até ao dia trinta de novembro. Na próxima assembleia, será feita uma apresentação mais abrangente. O Sr. João Nuno Monteiro Silva

Sousa parabenizou o executivo por esta iniciativa. Este deputado continuou a sua intervenção enumerando alguns erros: nas normas de utilização, no artigo onze, menciona que o "regulamento", sendo uma norma de utilização; é da opinião que há uma falha na adaptação do documento à realidade desta cidade; no número dois, do artigo três refere que "a comunicação, bem como a autorização deverá ser efetuada pelo familiar", sendo este quem decide a utilização da Capela, entrando em contradição com o exposto no número cinco, se a autorização é dada pela Junta de Freguesia, mediante a comunicação através de impresso próprio, e se só depois da decisão favorável desta entidade, será entregue ao requerente a chave da Capela, como será possível que o preenchimento do impresso próprio seja efetuado obrigatoriamente no primeiro dia útil após o funeral. No artigo cinco, número um, quando se refere ao artigo anterior, pensa que se quererá referir ao artigo terceiro, dado que o quarto é sobre taxas. O Sr. João Sousa procedeu a duas considerações finais: o Cemitério Paroquial está ao dispor de todos os cidadãos, sendo eles católicos ou não; no artigo oitavo dá a entender que a Junta de Freguesia quer substituir as funções das autoridades de segurança.-----

—Ainda da mesma bancada, o Sr. Virgílio Ribeiro declarou que verificaram a existência de várias incongruências no documento do Regulamento do Cemitério, como o exposto no artigo um "O Cemitério da cidade de Lourosa, destina-se à inumação de cadáveres de indivíduos falecidos na área territorial e recenseados na Freguesia de Lourosa", contudo, a seguir apresenta exceções; na alínea d), quanto "aos cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante autorização do Presidente da Junta," no entendimento dos membros deste partido, deverá ser autorização da Junta. Ainda manifestou o seu contentamento por neste documento constar a cremação. No artigo décimo quinto consta o nome de um ministério que foi extinto em mil, novecentos e noventa e nove, que é o "Ministério do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, da Saúde e do Ambiente". No artigo quinquagésimo quarto, onde diz "o ponto dois do presente Regulamento" devendo ser "do presente artigo". Na pessoa do Sr. Virgílio Ribeiro, o PS está de acordo que haja um Regulamento para o Cemitério, sugerindo que este documento seja adaptado à realidade de Lourosa. Como resposta ao exposto, o Sr. presidente da Junta e o seu executivo acolhe sugestões. O Sr. Januário Tiago solicitou um esclarecimento: na eventualidade da não existência de um crematório nesta freguesia, e se o corpo foi cremado noutra freguesia, se pode o mesmo ser sepultado neste cemitério. O Sr. presidente da Junta interveio afirmando que se encontra recetivo às sugestões que todos os deputados pretendam dar.-----

—O Sr. presidente da mesa passou ao ponto quinto da ordem de trabalhos: "Apresentação e deliberação sobre a proposta para cálculo das taxas dos canídeos e gatídeos". O Sr. Januário Tiago indagou se os pontos cinco e seis foram propostos pela Junta de Freguesia ou se são proposta de algum grupo parlamentar. Em resposta, o Sr. presidente da mesa esclareceu que os pontos cinco, seis e sete foram agendados por proposta do grupo parlamentar do PS. Após o esclarecimento, o deputado Sr. Januário Tiago, em nome da bancada do PSD, propôs que os pontos cinco e seis fossem retirados da convocatória, por estarem a ser apresentados por um grupo parlamentar, não tendo sustentabilidade. Segundo esta bancada, as propostas de taxas são, exclusivamente, da competência da Junta de Freguesia. No parecer deste deputado, a lei que retira a legalidade a estes dois pontos é o artigo vinte e três do regimento, na alínea g). O Sr. João Sousa fez um reparo, referindo que a proposta apresentada não define nenhuma taxa, mas uma forma de cálculo da taxa. Segundo o próprio, a legislação é taxativa quanto a isso, as taxas de licenciamento do registo gatídeo e canino devem ser indexadas à taxa de profilaxia médica, como consta na portaria número quatrocentos e vinte e um, de dois mil e quatro, de vinte e quatro de abril.-----



---O Sr. Januário Tiago refere que, na convocatória diz “apresentação e deliberação” que, no seu entender, uma deliberação, além deliberar e discutir, terá de ser votada, considerando que o partido PS está a tentar com que a Junta de Freguesia esteja sobre obrigação de seguir os cálculos de taxa de um grupo parlamentar, que no artigo vinte e três e na lei nove do diário da república, não permite esta situação.-----

---Dando seguimento a esta temática, o deputado Sr. Nuno Sousa apresentou dois argumentos: primeiro, no caso do deputado Sr. Januário Sá, da bancada do PSD, discordar com esta proposta, vota contra; segundo, o artigo décimo quarto deste regimento, em que fala dos direitos dos membros desta assembleia, na alínea b, menciona “apresentar moções, requerimentos e propostas sobre matéria da competência da assembleia”.-----

---O Sr. presidente da mesa pronunciou-se sugerindo pedir um parecer sobre a legalidade desta matéria e, se esse foi no sentido da validade destas propostas, serem agendadas numa próxima assembleia. Em jeito de conclusão deste assunto, o Sr. Virgílio Ribeiro focou que o objetivo do Partido Socialista é pura e exclusivamente contribuir para que no próximo orçamento o executivo pondere ou não gerir estas taxas. Seguiu-se a intervenção do Sr. Januário Tiago, esclarecendo que não se deverá permitir esta situação, pois a título do que se fez para o caso relativo aos caninos e gatídeos se faça para outras questões, já que devemos interpretar e seguir o regimento. O Sr. presidente da Junta quis ressaltar que está à vontade para que estas questões sejam discutidas na próxima assembleia, demonstrando recetividade em acolher o contributo de todos.-----

---Passando ao ponto sétimo da ordem de trabalhos: “Apresentação e deliberação sobre a proposta de criação de um Orçamento Participativo”, o Partido Socialista, na pessoa do Sr. João Sousa, propôs a esta assembleia um regulamento para a realização de um Orçamento Participativo, instrumento esse que ajuda a envolver a população com a freguesia e que está a proliferar por várias freguesias, como por exemplo, Santa Maria de Lamas. Segundo o mesmo, foi perdida a oportunidade desta ter sido a primeira freguesia do concelho a implementar este orçamento, esperando que seja a primeira a apresentar resultados positivos sobre esta matéria. Após esta apresentação, o Sr. Presidente da mesa, propôs que fosse deliberado quanto à proposta da criação de um Orçamento Participativo. Posteriormente esse documento será elaborado e colocado a votação. Nesse sentido, passou-se à votação sendo aprovado por unanimidade.-----

---Prosseguindo a reunião, passou-se ao ponto oitavo “outros assuntos de interesse para a freguesia”, onde se inscreveram os Srs. deputados que pretenderam intervir. Por uma questão de equidade, o Partido Socialista sugeriu que os deputados do PSD tivessem prioridade, iniciando a sua intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. Como tal, o deputado Sr. Januário Sá colocou as seguintes questões ao Sr. presidente e executivo da Junta: como está o ponto de saída da Zona Industrial de Lourosa, com grande importância económica, que continua sem conclusão do troço que liga a parte sul da Zona Industrial à Via Estruturante. Na mesma zona, questionou se a poda das árvores já iniciada continuará a ser realizada. Na região da Zona das Pedreiras, existe uma estrada que liga a Rua 1 de Maio à 31 de Janeiro onde há uma obra de vulto para quando a sua conclusão, juntamente com o complexo desportivo e a requalificação das pedreiras. Também questionou quanto à possibilidade da resolução dos problemas inerentes às terras e muros que limitam a circulação. Ainda há alguma alternativa para a saída da estrada das Pedreiras, opinando que, no futuro será uma das estradas que terá mais importância em Lourosa, a seguir à Rua João Paulo II e à Estrada Nacional 1. Essa rua poderá ser uma alternativa ao congestionamento da Nacional 1 mesmo em caso de acessibilidade, sendo uma alternativa à Estrada Nacional. Este deputado também recomendou a construção de uma estrada paralela alternativa na zona das Vendas de Baixo, embora admita

não ser fácil devido às inúmeras moradias existentes. Seria benéfico a criação de duas acessibilidades paralelas alternativas à Estrada Nacional.-----

—Seguiu-se a intervenção do Sr. Nestor Manuel Barros da Silva indagou para quando estará prevista a abertura da mercearia de Lourosa. Saiu uma notícia no jornal sobre a renovação da área central desta cidade, a existência de algum projeto para o alargamento do Cemitério e quanto à possibilidade da criação de mais lugares de estacionamento junto à Escola Básica de Casalmeão.-----

—Como membro da bancada do CS/PP, o Sr. deputado Joaquim Rocha referiu que, embora as boas sugestões sejam sempre bem vindas, este partido reconhece o valor à Junta de Freguesia para elaborar os seus orçamentos e plano de atividades e questiona o Sr. presidente se há alguma novidade quanto ao acesso de Casalmeão.

—A bancada do PS iniciou a sua intervenção com o Sr. Emídio Oliveira aludindo as seguintes situações: existem passeios de um metro, com árvores no meio danificando o passeio, tendo assistido à queda de crianças à saída da Escola Básica de Casalmeão, questionando a quem se pode atribuir a responsabilidade em caso de um cidadão cair e magoar-se nesse aglomerado de cimento, em alguns casos com altura de cerca de cinquenta centímetros. Na sua opinião, os passeios danificados deveriam ser recompostos. Ainda relativo à problemática das árvores existentes na via pública, apresentou a situação de uma senhora que carregava um carrinho de compras pela rua, por este não passar no passeio; outra situação é que este senhor, como doente pulmonar, possuindo informação médica de um pneumologista, alerta quanto aos malefícios provocados pelo produto, parecido com neve, que sai de algumas árvores existentes nas ruas. Pelo exposto, manifestou interesse que o Sr. presidente tomasse alguma atitude, devido à perigosidade destas situações.-----

—A Sr^a Celeste Pereira Espírito Santo iniciou a sua exposição atestando que, Lourosa era uma das freguesias mais desenvolvidas no concelho de Santa Maria da Feira. Possuía serviços públicos de fazer inveja às freguesias vizinhas: Escola Básica segundo e terceiro ciclo, Bombeiros Voluntários, Finanças, entre outros. Atualmente constata, com grande tristeza, assim como a maioria dos lourosenses, que a Escola Básica segundo e terceiro ciclo está a desaparecer. Há poucos anos, quando ainda estava no ativo, a referida escola tinha seis/sete turmas de quinto ano de escolaridade, enquanto este ano letivo irá funcionar com três turmas. São menos cem alunos, não por que há menos alunos, nem diminuição de nascimentos. Esta deputada interpela o executivo se será preciso acontecer o mesmo que à Escola Básica de Vendas Novas, que se encontra em degradação, alegando falta de incentivos e de brio em ser lourosense. Ainda levanta a questão se o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas será melhor do que a Escola de Lourosa ou por que não se consegue aumentar a escolaridade até ao décimo segundo ano, ou devido aos telhados de amianto que se mantém mesmo sendo um perigo para a saúde pública. Por conseguinte, apela ao brio dos lourosenses, para que esta escola se torne um exemplo de dinamismo e que lutem para a resolução de todos os seus problemas. Esta ex-professora afirma que tem de haver um plano estratégico para manter os alunos na sua freguesia. Finaliza, apelando que, já que o PS não foi o primeiro na implementação do Orçamento Participativo adotado por várias freguesias vizinhas, que seja pioneiro na luta pela manutenção e desenvolvimento da Escola Básica de Lourosa.-----

---Ainda no âmbito de assuntos de interesse desta cidade, a Sr^a Odília Pinho questionou para quando o corte das árvores que incomodam a passagem dos peões, afirmando que uma árvore não vale mais que uma pessoa. Constata que esta cidade possui imensas casas devolutas, perguntando o que a Junta tem feito em conjunto com a autarquia, em assembleia municipal para incentivar os proprietários/moradores a procederem a melhoramentos. Propõe que esta Junta, junto da autarquia, se disponibilize a receber pelo menos uma família de refugiados,



garantindo o apoio da escola, para que estes aprendam o português. De seguida, partilhou uma situação por si vivenciada, quando se viu confrontada com a eventualidade de ser atropelada por um camião numa das ruas que possui sinais de trânsito tapados com sacos de plástico, confundindo os transeuntes quanto ao (s) sentido (s) das ruas, pelo pressuposto, esta situação dos sinais deveria ser esclarecida. Ainda a vala da pedreira do Lino, mencionada uma assembleia anterior, continua insegura.-----

---Seguiu-se a participação do deputado Sr. João Sousa que, dirigindo-se ao Sr. presidente da Junta, focou a existência de um plano de reurbanização da zona central de Lourosa elaborado em dois mil e onze, publicado em Diário da República em fevereiro de dois mil e doze, pretendendo saber qual o estado desse processo, nomeadamente as razões de não se verificarem no terreno as alterações previstas no plano, aproveitando ainda a oportunidade para interpelar este executivo se tem reivindicado junto da Câmara Municipal a concretização desse plano. Outro tema que gostaria de ver esclarecido é da iluminação pública, tendo a Câmara Municipal decidido desligar cerca de metade dos postes de iluminação pública independentemente de estarem a infringirem as normas e regras técnicas, finda esta intervenção com custos para os felrenses, intervalo ao nível da mudança das lâmpadas, aumentando os custos com essa substituição. Segundo o mesmo, atualmente já foi iniciado outro processo de substituição passando das luminárias para outro tipo de tecnologia LED, ligando todos os postes. Relativamente a este assunto, gostaria de saber se esta freguesia foi contemplada com a nova iluminação de tecnologia LED, e no caso de ainda não ter sido, para quando está previsto. Continuando a sua explanação, salientou que este partido já alertou este executivo para eventuais situações que não estejam bem precavidas relativamente à horta social. Outro exemplo exposto refere-se à água que está a ser utilizada para a rega. Questionou se o Sr. presidente da Junta já procedeu à análise da mesma, se os parâmetros obtidos estão de dentro dos admissíveis, por uma questão de saúde pública.-----

---O seu companheiro de partido, o Sr. Virgílio Ribeiro apresentou duas observações: uma relacionada com alguns moradores de Edifício dois oitocentos e quarenta, situado na Rua 1º de Maio com a Rua das Pedreiras referem a falta de visibilidade dos carros que vêm da Estrada Nacional e dirigem-se para a Rua das Pedreiras, virando à esquerda e, dado a ocorrência de um acidente, sugeriram a colocação de um espelho. Este deputado aconselha o executivo a deslocar-se ao local; outra situação prende-se com alguns moradores do Edifício Florestal, mil e quatrocentos e onze, junto a um riacho onde ocorreu uma cheia, havendo comentários que a sessão da tubagem é inferior e, segundo os mesmos, o descampado a seguir ao prédio do Edifício da Lagoa que a tubagem se encontra fechada, temendo que, quando comece a chover, a água se desloque para as suas garagens, solicitando ao executivo a análise destas situações.--

---Finalizadas as intervenções, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia procedeu aos respetivos esclarecimentos. Relativamente a saída da Zona Industrial de Lourosa, na direção de S. João de Ver, consoante o conhecimento obtido, esse terreno já foi considerado de utilidade pública pelo tribunal, encontrando-se a aguardar o despacho com o valor, para que esse espaço pertença à Câmara e esta possa proceder à respetiva obra. Segundo a opinião deste autarca, provavelmente este despacho estará concluído até ao final do ano. Quanto às podas das árvores situadas nessa zona, ainda recentemente foi pedida uma máquina com uma cesta que permitirá alcançar alturas superiores, estando previsto a sua chegada em outubro, que será utilizada na Feira dos Dez, nas escolas e outros locais onde seja necessário. Como resultado da preocupação dos membros deste executivo no que diz respeito à Zona das Pedreiras, Rua 1º de Maio e 31 de Janeiro, esta Junta entrou em diálogo com os moradores que possuem algumas casas devolutas nessa zona, conseguindo derrubar uma parte de uma casa existente em frente à moradia do "Fifas", na saída da Rua das Pedreiras para a Rua 31 de Janeiro, assim como o muro da casa do "Cristino", recuando ao nível do passeio. Frisou a existência de vários

problemas na rede viária na zona da Cadinha, em virtude de, no passado, não terem sido respeitados os requisitos para a construção das habitações. Relativamente à vala mencionada pela Sr^a Odília Pinho, disse que o muro encontra-se em fase de conclusão. Dando resposta ao deputado Sr. Nestor da Silva, anunciou que a abertura do funcionamento da mercearia de Lourosa está confirmada para o dia cinco de outubro. Sobre o projeto da requalificação da área central, salientou que a Junta de Freguesia tem feito um trabalho de bastidores, que nem sempre é reconhecido. A área de reabilitação urbana prevista em dois mil e onze foi alargada, contemplando também a zona do Zoo. Este projeto também está interligado com o Cemitério, dada a carência de sepulturas. Este executivo já apresentou uma proposta ao Lusitânia Futebol Clube de Lourosa com o objetivo de negociar uma parte do terreno, prevendo que esta negociação esteja terminada até ao final do ano. Refuta a perda de equipamentos, lamentando, porém, a saída de pessoas através da emigração e de fábricas desativadas. Prosseguiu prestando esclarecimentos quanto ao problema do estacionamento existente na Escola de Casalmeão. Esta problemática já tem largos anos, não sendo fácil a sua resolução. Ponderou-se colocar sentido único e, para tal, contactaram os "Laranjeiras", contudo não chegaram a um acordo com a Câmara. Uma alternativa que está a ser equacionada é a demolição de uma casa do falecido Sr. Manuel Casalinho. O técnico da Câmara Municipal da Felra, que esteve no local, afirmou não ser possível fazer um estacionamento em espiga, apenas na horizontal. Este executivo está a tentar dialogar com um dos herdeiros de um terreno localizado nas traseiras da escola, estando prevista a partilha desse terreno em novembro.

---Em resposta ao Sr. Joaquim Rocha, o Sr. Armando Teixeira noticiou que obteve a informação através de um dos herdeiros, Sr. António Lima, que entretanto vão falar com a moradora da casa velha auscultando-a para ver se está interessada em sair dessa casa, de livre vontade, para que a estrada projetada possa ser alargada.

---Quanto à temática dos passeios, este autarca corrobora com este problema. Os passeios têm sido intervencionados. Contudo, relativamente às árvores, disse já ter ouvido algumas pessoas comentarem a inexistência de grandes problemas. Propôs falar pessoalmente com este cidadão, que se tiver uma carta credenciada pelo pneumologista, estará do seu lado. Em relação à responsabilidade em caso de acidente, referiu que se trata de rede pública e, se calhar, quando surgiu a ideia da plantação das árvores, esta foi aprovada pelos deputados do PS.

---Prosseguindo os esclarecimentos, manifestou desacordo quanto à questão dos equipamentos levantada pela Sr^a Celeste Espírito Santo, referindo ter perdido um, embora tenham aumentado, tendo: a Pista de Atletismo, as Finanças, o Auditório, a GNR, os Bombeiros e os Correios. Lamentou que a deputada, enquanto diretora da Escola de Casalmeão, assim como colegas suas, também contribuiu para que as crianças desta freguesia saíssem desta terra, refutando a culpa da junta nesta situação.

---Passando a responder à Sr^a Odília Pinho, referiu não ser fácil resolver a questão dos passeios, por ser um investimento avultado. A resposta para a situação das casas devolutas está na área da reabilitação urbana, com juros mais baixos bonificando os proprietários para que possam investir. Quanto à temática dos refugiados, esta autarquia está recetiva, mesmo porque a Câmara Municipal aderiu a essa situação. No entanto, manifestou a sua preocupação com os cidadãos lourosenses que não têm condições: que se encontram abandonados, não têm como pagar uma renda, nem se alimentarem. Através do Fórum Social, esta Junta tem feito um trabalho com esses parceiros para reabilitar as pessoas que têm tido problemas sociais. Referindo-se à Rua Entre Carreiras, mais concretamente em relação aos sinais de trânsito, informou que houve um problema entre a Junta e a Câmara. Um técnico da Câmara Municipal tomou uma decisão, que não obteve a anuência deste executivo. O parecer dos

3
101

membros desta Junta de Freguesia foi enviado para a Câmara. Os sinais em questão estão tapados, não estando a funcionar. Os sinais que não têm plástico, foram descobertos por vandalismo. Finalmente afirmou que estará para breve a resolução desta situação, assim como o muro que mencionado.-----

---Quanto à requalificação da zona central, reiterou a informação da alteração do plano e dois mil e onze, no qual está incluída, além da Rua Central, do Arraial e do Cemitério, a zona do Zoo.-----

---No que concerne à iluminação pública, esclareceu que há três anos foi tomada a decisão de desligamento de cinquenta por cento das lâmpadas, embora algumas tenham sido acesas, fundamentando-se tal medida. Recentemente apareceram novos projetos comunitários, a qual foi aprovada dez por cento, num total de quatro mil e tal lâmpadas no concelho, divididas por vinte e uma freguesias. Lourosa também foi contemplada na Rua 31 de Maio, vai ser contemplada a Avenida de Lourosa e na entrada da Rua dos Malmequeres.-----

---Sobre a Horta Social, dos dezolito talhões, há quinze a serem trabalhados e os três restantes, poderão ser atribuídos a outras pessoas. Em relação às análises à água, informou que esta advém de minas. De seguida, convidou os moradores do Edifício Rosa a deslocarem-se à Junta de Freguesia. Manifestou o seu desconhecimento relativamente à tubagem fechada junto ao Edifício do Giestal, disponibilizando-se a deslocar-se a estes dois locais.-----

---Não havendo mais nenhum assunto para discussão nem nenhuma intervenção agendada, o Sr. presidente da mesa deu por encerrada a sessão da assembleia.-----

Presidente da assembleia de freguesia de Lourosa



(Vitor Manuel Prata de Oliveira)

Secretária



(Maria Teresa da Silva Oliveira)

